

Arquivo Aberto

Os sócios da armação

As armações são armadilhas fixas durante os meses de Maio e Setembro em fundos baixos e próximos da costa. Segundo Francisco Luís Lopes, em meados do século XIX existia uma armação, *a cerca de 120 braças da ribeira a 15 ou 20 de fundura* (Lopes, 2016:99). Nesse período a companhia de pesca tinha dezoito sócios, cada um com uma acção de cento e vinte mil reis. Trabalham na armação sete barcas e vinte e um homens. Mas Alexandre Massai, no século XVII, contava duas, uma de gente da terra e a outra de homens de Setúbal (Guedes, 1989: 33).

A armação era uma das artes de pesca, a par da pesca à cana (*nas pedras da costa*), do chinchorro e da pesca à rede ou à vela (Leal, 1990:81). Era lançada através da reunião dos contributos dos vários sócios, tal como acontecia em Setúbal (Fonseca, 2012: 70). A *logea* da armação, onde *os mandadores da dita armação recolhiam a fabrica da mesma armação* era uma casa térrea na Ribeira, aforada pela Câmara Municipal aos mandadores¹.

Mas nem sempre os sócios se entendiam, talvez por o investimento inicial ser avultado. Em Novembro de 1718, sete armadores confirmaram perante o juiz de fora que *lhe não convinha armar a dita armação nem della querião coiza alguma*². A Câmara exortou outros interessados a apresentar uma proposta no prazo de quinze dias, o que não aconteceu³. No ano seguinte, no entanto, seis armadores comprometeram-se a armar o aparelho, com *barcas bateis fateixas cordas caldeira*⁴, sob pena de pagarem 15000 reis cada um. Entre os armadores estava uma mulher, Maria Varela, representada por Manuel da Fonseca.

¹ AMSNS. CMSNS. *Tombo dos bens do concelho*, liv. 1, fl. 7-7v, 31 de Outubro de 1767.

² AMSNS. CMSNS. *Vereações*, liv. 6, fl.36v-37, 5 de Novembro de 1718.

³ AMSNS. CMSNS. *Vereações*, liv. 6, fl.37v-38, 19 de Novembro de 1718.

⁴ AMSNS. CMSNS. *Vereações*, liv. 6, fl.49v-51, 26 de Outubro de 1719.



Companha de armação na praia Vasco da Gama, 1940. Arquivo Municipal de Sines, Coleção Fotográfica, unidade de instalação nº 24, documento 5. Descrição em < <http://45.33.69.154/index.php/armacao-2> >.

O problema não estava, no entanto, resolvido. Desta feita, em 1722⁵, colocava-se em Sines o mesmo problema com a utilização do chinchorro. Em Janeiro uma assembleia alargada reuniu-se para pedir o lançamento da armação em detrimento do chinchorro. Todos os quarenta e oito participantes votaram favoravelmente. O argumento era económico: a armação era mais rentável do que o chinchorro, e permitia exportar mais peixe e receber mais mantimentos:

(...) e que não avendo armassão ficava esta villa munto atenuada por não vir os mantimentos por cer terra de carreto e que elle por parte do povo requeria ouveçe armassão e não pudesse o chincrorro chinchorear diante da armassão na forma que se ouçervou sempre (...).

Os votantes eram não só armadores mas também outros interessados no negócio da pesca e da venda do peixe. Entre os quarenta e oito votantes encontramos militares, homens da governança, um sapateiro, um cirurgião do partido, militares e irmãos da Misericórdia.

Não raras vezes era necessário recorrer a empréstimos para a fábrica da armação. Em 1753 o mandador Marcos Dias Rojão Borrvalho foi encarregado por outros interessados no lançamento da armação em 1754 e a buscar financiamento para a sua fábrica: *a vottos e rogos dos mais sócios companheiros e mais interessados na dita armação moradores*

⁵ AMSNS. CMSNS. *Vereações*, liv. 6, fl.80v-81v, 6 de Janeiro de 1722.

*também nesta mesma villa, e que como tal lhe he necessário buscar dinheiro para comprar fabrica para se poder armar a dita armação*⁶.

O capital, 350 000 reis, foi emprestado pelo padre António da Fonseca Jorge, notário do Santo Ofício e morador em Sines. A dívida foi saldada em 9 de Abril de 1756. Foram testemunhas do acto o padre Alexandre Mimoso⁷ e o mercador Manuel Rodrigues da Costa.

A armação era então um dos negócios mais importantes da terra, a par do vinho. Não surpreende que o padre Alexandre Mimoso em 1758, identifique que são *as vinhas e o mar os dois nervos que mais fortemente concorrem para a subsistência deste povo* (Falcão,1987: 30).

Para saber mais

FALCÃO, José António (1987). Memória Paroquial do Concelho de Sines em 1758. Santiago do Cacém: Real Sociedade Arqueológica Lusitana, 1987. Separata do *Repertorium Fontium Studium Artis Historiae Portugaliae Institurandum*, série B, nº1.

FONSECA, Jorge (2012). *Setúbal: o porto e a comunidade fluvial e marítima (1550-1650)*. Lisboa: Edições Colibri. ISBN 978-989-689-264-7.

GUEDES, Lívio da Costa (1989). *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A “Descrição” de Alexandre Massaii (1621)*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar. Separata do 58º volume do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. Pp. 32-37, 91-131.

LEAL, Américo (1990). *Quem Somos! Testemunhos*. 1ª edição. Sines: edição do autor.

LOPES, Francisco Luís (2016). *Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama*. Introdução de João Madeira. 3ª Edição. Sines: Câmara Municipal de Sines. ISBN 978-972-826116-0.

⁶ Arquivo Distrital de Setúbal. Cartório Notarial de Sines, Livro 13 dos tabeliães João de Almeida Amaral, Tomé Raposo Cota, Manuel Joaquim de Campos e Rodrigo Afonso Cota, fl. 20v-22, 10 de Dezembro de 1753, Dezembro, 10.

⁷ Pároco da Matriz de São Salvador de Sines. Respondeu ao inquérito de 1758 sobre os efeitos do terramoto de 1755 no concelho de Sines. Ver Falcão,1987).

PATRÍCIO, Sandra; PEREIRA, Paula (2017). *Sines, a terra e o mar*. Sines: Câmara Municipal de Sines. ISBN 978-972-8261-18-4.

QUARESMA, António (2012). Sines medieval e moderna (séculos XIX-XVIII). In *O concelho de Sines da fundação à Época Moderna*. Sines: Câmara Municipal. 73-124.

Sandra Patrício

Arquivo Municipal de Sines

arquivo@mun-sines.pt